# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Trabalho Social Útil como prática e forma de integração entre Universidade e Comunidades

JAQUELINE MARIA DA SILVA

**RECIFE – PE** 

# UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

# Trabalho Social Útil como prática e forma de integração entre Universidades e Comunidades

## JAQUELINE MARIA DA SILVA

Monografia apresentada ao programa de graduação do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Moraes de Souza.

**RECIFE-PE** 

2019

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação Universidade Federal Rural de Pernambuco Sistema Integrado de Bibliotecas Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586t Silva, Jaqueline Maria da

Trabalho social Útil como prática e forma de integração entre universidade e comunidades / Jaqueline Maria da Silva. 2019.

54 f.: il.

Orientador: Claudio Moraes de Souza. Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2021.

1. Trabalho social útil. 2. Extensão universitária. 3. Feira da reforma agrária. I. Souza, Claudio Moraes de, orient. II. Título

CDD 300

# Trabalho Social Útil como prática e forma de integração entre Universidade e Comunidades

## JAQUELINE MARIA DA SILVA

Monografia	apre	sentada	ao	progr	rama	ı de	gra	duação	do	curs	o de
Bacharelado	em	Ciência	s S	ociais	da	UFR	PE,	como	requ	isito	para
obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.											

Aprovado em: / /

### **BANCA EXAMINADORA:**

Prof°. Dr°. Cláudio Morais de Souza

Orientador (UFRPE-Departamento de Ciências Sociais)

Prof°. Dr°. Paulo Afonso Barbosa de Brito

Examinador (UFRPE-Departamento de Ciências Sociais)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roseana Borges de Medeiros

Examinadora (UFRPE-Departamento de Ciências Sociais)

# DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha e a minha mãe, duas colunas que sustentam minha vida.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a minha família pelo apoio e pela crença em meus estudos, particularmente a minha filha Bianca Vitória e a minha mãe Dona Josefa, guerreira e maior referência da minha vida.

Agradeço a experiência universitária por me proporcionar descobertas interessantes, uma delas se deu por intermédio do movimento estudantil. Nele conheci pessoas como Ygor Barros, Jaqueline Lima e Akhenaton. Com elas tive muitas conversas, discussões políticas e estratégicas, que de um modo ou de outro contribuíram para o fortalecimento de algumas convicções e a rejeição de outras. Conheci ainda o amigo e companheiro Jacson que está ao meu lado em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins.

Agradeço ao Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da UFRPE pela pavimentação teórica, pelos cinco anos de debates e conflitos de ideias. Contudo, meu agradecimento especial ao meu orientador professor Cláudio Moraes pelas intervenções e dicas valiosas que transformaram apenas uma ideia neste trabalho, pela sua compreensão nos meus momentos de insegurança principalmente ao dizer que "a ciência não se faz em uma lapada só".

Agradeço ao programa PET – Conexões Políticas Públicas pelo acúmulo, experiência e amizades ao longo de minha graduação, principalmente ao professor Alexandro Tenório e a professora Gisele Nunes pelos conselhos e orientações tanto para a academia quanto para a vida. Também não posso deixar de reconhecer a importância da bolsa fornecida pelo programa que acompanhou e possibilitou minha permanência na universidade e agora a conclusão dos meus estudos.

Agradeço a professora Júlia Benzaquen pela oportunidade concedida a mim para compor o projeto de extensão Feira da Reforma Agrária e Grupo de Consumo Fruto da Terra e o subsequente contato com tanta gente boa e lutadora como os agricultores e agricultoras do Assentamento Normandia, pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Sítio Queimadinhas e da Vila das Peladas em Caruaru.

Agradeço ao professor Maurício Sardá pela disponibilização de alguns livros para a elaboração do meu trabalho de pesquisa. Como diria Sardá, "o Zé" tem um papel

fundamental no que se refere aos aspectos conceituais desta pesquisa. Portanto, sou muito grata ao professor por ter me apresentado o trabalho dele.

Para finalizar, toda minha gratidão à professora, estudantes, agricultores e agricultoras que se disponibilizaram imediatamente a participar das entrevistas para esta pesquisa e me receberam com uma cordialidade sem igual. A todos o meu muito obrigado.

#### **RESUMO**

A extensão universitária é um tema amplamente debatido em ambitos acadêmicos, sociais e politicos. Todavia, há sobre ela diferentes concepções. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou identificar qual concepção de extensão permeou o processo que culminou com a construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP. Para tanto, adotou-se a metodologia qualitativa utilizando no primeiro momento a coleta de informações por análise documental no relatório final do I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco, no Projeto de Extensão Feira da Reforma agrária e Grupo de Consumo Fruto da Terra e em fotografias relacionadas. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observações simples simultâneas as entrevistas com o objetivo de obter informações mais aprofundadas sobre o tema. A análise dessas informações se deu à luz do trabalho conceitual desenvolvido pelo professor José Francisco de Melo Neto, principalmente, com o conceito de trabalho social útil. A hipótese inicialmente levandada e posteriormente confirmada repousou na ideia de que o processo para construção da Feira prezou por relações horizontais entre os sujeitos participantes, pois continham aspectos de intencionalidade, trocas de saberes, originada de realidades concretas e buscaram transformações sociais em conjunto com as comunidades.

Palavras-chave: Extensão universitária; Trabalho social útil; Feira da Reforma Agrária.

#### ABSTRACT

University extension is a topic widely debated in academic, social and political environments. However, there are different conceptions about it. In this sense, this research aimed to identify which concept of extension permeated the process that culminated with the construction of the Agrarian Reform Fair at UNICAP. To this end, the qualitative methodology was adopted, using at first the collection of information by documentary analysis in the final report of the 1st Forum of Local Development of Agreste de Pernambuco, in the Extension Project of the Agrarian Reform Fair and the Fruit of the Earth Consumption Group in related photographs. Subsequently, semistructured interviews and simple simultaneous observations were conducted in order to obtain more in-depth information on the topic. The analysis of this information took place in the light of the conceptual work developed by teacher José Francisco de Melo Neto, especially with the concept of useful social work. The hypothesis initially raised and later confirmed rested on the idea that the process for the construction of the Fair valued horizontal relations between the participating subjects, as they contained aspects of intentionality, knowledge exchange, started from concrete realities and sought social transformations together with the communities.

Keywords: University extension; Useful social work; Land reform fair.

# **SUMÁRIO**

1 INTRODUÇÃO	. 4
1.2 Metodologia	4
2 CAPÍTULO I - Extensão Universitária como Trabalho Social Útil	5
2.1 Conceituando Trabalho Social Útil	. 5
3 CAPÍTULO II - I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste Pernambuco.	
3.1 Visitas Técnicas e Laboratórios de Co-projetação	. 6
3.2 Plano de Ação em Rede do I Fórum de Desenvolvimento Local do Agre	este
de Pernambuco	. 6
4 CAPÍTULO III – Feira da Reforma Agrária e o Grupo de Consumo Fruto Terra	6 6
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	6
REFERÊNCIAS	7
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com agricultores e agricultoras	7
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com docentes e discentes voluntários	8

## 1. INTRODUÇÃO

A relação de segmentos universitários com grupos e movimentos da sociedade é objeto antigo de debate em âmbitos acadêmicos, sociais e políticos. Na América Latina, por exemplo, já em 1918 essa relação era discutida no Movimento de Cordóba¹que compreendia a extensão universitária como meio para a materialidade dessa relação. No Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE), no ano de 1961, entendia que a extensão universitária abriria a universidade para o povo, integrando-o a cultura universitária e o conscientizando sobre seus direitos.

Localmente, a extensão na Universidade Federal Rural de Pernambunbuco (UFRPE) é definida como um processo que, dentre outras coisas, viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, de acordo com Marinho et al. (2008) no Manual de Extensão<sup>2</sup>, essas transformações, são calcadas em contextualizações com a sociedade e podem ocorrer nas áreas de educação, artes, comunicação, desenvolvimento de produtos, meio ambiente e trabalho. De acordo com a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE: 2014-2024) na estratégia 12.7<sup>3</sup> da lei 13005/2014, a extensão, voltada prioritariamente para finalidades sociais, deve ser inserida na graduação e abranger, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a formação discente.

Nesse sentido, pode-se dizer que esta pesquisa surgiu a partir de práticas de extensão realizadas no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE que por meio de um projeto de extensão buscava evidenciar e fortalecer uma Feira orgânica,

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Em 1918, na Universidade de Córdoba, Argentina, o movimento estudantil local reivindicava uma maior abertura do meio acadêmico, mais popular, que estivesse voltado para a realidade do país, assim como, com um caráter mais popular. Portanto, pontos do Manifesto de Córdoba que se alinham com uma visão de extensão mais participativa e na qual se propõe colocar a sociedade dentro da universidade, conforme matéria publicada no Jornal da Unicamp: <a href="https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/06/12/100-anos-da-reforma-de-cordoba">https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/06/12/100-anos-da-reforma-de-cordoba</a>>. Último acesso: 16 set. 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O referente manual encontra-se no sítio < <a href="http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/Manual%20de%20Extensão.pdf">http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/Manual%20de%20Extensão.pdf</a>>. Último acesso: 12 set. 2019.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Disponível no link: <<u>http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm</u>>. Último acesso: 24 set. 2019.

localizada na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como uma ação real contra a lógica hegemônica dos sistemas de produção de alimentos.

As teorias existentes apresentam diferentes concepções para a prática extensionista exercida pela universidade. Elas podem ser definidas, de maneira simples, como via de mão única, via de mão dupla, ou ainda, pode ser caracterizada por acadêmica a qual procura relacionar teoria e prática com dialogicidade nas trocas de saberes populares e acadêmicos, propondo contribuir para a autonomia e organização da sociedade, como se refere Jezine (2004).

Uma concepção de extensão universitária que se aproxima da cancepção acadêmica é definida pelo professor José Francisco de Melo Neto como trabalho social útil (NETO, 2004, 2012). A utilidade desse trabalho estaria nas ações coletivas criadoras de produtos que se constituem a partir da realidade humana e da articulação dos sujeitos internos e externos da universidade, com o intuito de modificar o mundo, tornando-o mais humanizado, à medida que transforma a natureza e cria outra cultura. Neste sentido, nosso problema de pesquisa se insere da seguinte forma: qual concepção extensionista permeou as ações práticas dos atores envolvidos na construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP?

A hipótese em que esta pesquisa repousou foi a de que as ações dos atores envolvidos no processo de construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP primaram por uma concepção de extensão que focava na promoção de relações horizontais internas, no grupo de universitários, e que nos possibilita pensar que suas ações fortalecem ou põem em prática a ideia do trabalho social útil como definido por Neto. Para confirmamos ou não essa hipótese, determinamos como objetivo geral analisar a concepção de extensão que animou os trabalhos dos extensionistas junto com a comunidade e que redundou na construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP.

E para alcançarmos este intento, definimos que os objetivos específicos deveriam se direcionar para: a) reconstruir o I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco, ressaltando os objetivos, espírito, mote, princípios, metas e organização que animaram o I Fórum em questão, b) descrever e analisar a Feira da Reforma Agrária como espaço que possibilita interações entre extensionistas, agricultores, agricultoras e comunidades consumidoras, c) analisar o projeto de extensão que deu origem ao Grupo de Consumo, focando nos elementos constitutivos do projeto

e, enfim, d) analisar quais as percepções de extensão dos agricultores, agricultoras, docentes e estudantes nesse processo, ou seja, trazer reflexões sobre a prática extensionista presentes nas várias ações praticadas, como por exemplo, no Fórum e na Feira da Reforma Agrária, testando a articulação entre teoria, prática e resultados.

Esta pesquisa se justifica pela importância da prática extensionista no próprio contexto da aprendizagem acadêmica e das possibilidades que tal prática possibilita, colocando em diálogo permanente a sociedade e a comunidade científica, isto é, por um lado, a reflexão recai sobre a produção *in loco* de novos conhecimentos e, por outro lado, a transformação da realidade social, tendo a comunidade como participe deste desse processo. Ademais, estudar a relação extensionista com os agricultores e as agricultoras, particularizada pelo I Fórum, pela construção da Feira e do Grupo de Consumo que, por sua vez, é uma experiência recente, pode conduzir à produção de novos conhecimentos, bem como a verificação de conceitos e teorias produzidas sobre esse tema.

Nesse sentido, esta pesquisa pretendeu refletir sobre a concepção e prática extensionista que permeou o processo de constituição da Feira da Reforma Agrária da UNICAP, a partir de seu momento de constituição, nas suas estratégias de ações, nos seus princípios orientadores, na construção de parcerias e ações redundantes destas parcerias e como dialogar tudo isso com o entendimento dos sujeitos sobre o que é fazer extensão.

Em seguida apresentamos a organização metodológica que direcionou este trabalho.

#### 1.2. Metodologia

A abordagem metodológica adotada para esta pesquisa foi de caráter qualitativo, uma vez que, buscou-se compreender com mais aprofundamento, como se refere Goldenberg (1999), qual concepção extensionista permeou o processo que culminou na construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP. Desse modo, a investigação foi organizada da seguinte forma: no primeiro momento, início do segundo semestre de

2019, realizamos pesquisa documental em um relatório final do I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco, no formulário de um projeto de extensão e fotografias que continham informações referentes a esse processo, segundo Gil (1999), essas fontes podem oferecer fundamentos amplos sobre o fenômeno estudado. No momento seguinte, realizamos entrevistas semiestruturadas com o objetivo de obter dados mais aprofundados e atualizados que nos possibilitasse encontrar, conforme Minayo (2014), a reflexão do próprio sujeito, neste caso, sobre os aspectos referentes à concepção de extensão.

Para viabilizar a pesquisa em tempo hábil, definimos que entrevistaríamos professores, estudantes e agricultores que de alguma forma haviam participado do processo mencionado, seja no início, no meio ou na continuidade dele e com os quais o contato era mais acessível. Sendo assim, oito pessoas foram entrevistadas, dentre elas, uma professora, dois estudantes, um agricultor e quatro agricultoras. Entretanto, é preciso pontuar que muitas outras entrevistas seriam necessárias para um maior aprofundamento sobre o tema, tendo em vista que outros segmentos estavam envolvidos, tais como, ONG's, governos municipais, institutos e outras universidades, como, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a UNICAP. Por essas limitações, no que se refere aos sujeitos universitáros, nos limitamos aos pertencentes à UFRPE.

As entrevistas tiveram início em trinta de outubro e foram finalizadas em oito de novembro de 2019. Ao longo do trabalho, definimos identificar os participantes da pesquisa por entrevistado ou entrevistada. Sendo assim, inicialmente todos os entrevistados foram informados sobre o intuito da pesquisa relacionada ao trabalho de conclusão de curso e assegurado o sigilo sobre seus dados pessoais, assim como, foi solicitada a permissão para gravar o áudio das conversas. Os locais das entrevistas se adequaram aos informantes. Os estudantes foram entrevistados na UFRPE localizada no bairro de Dois Irmãos campus sede, os agricultores no Bloco G da UNICAP localizada no bairro da Boa Vista onde se realiza a Feira e, por último, a professora na UFPE situada no bairro da Várzea.

Resolvemos adotar entrevistas neste trabalho por serem um importante instrumento para coleta de informações e por funcionar como verdadeiros espaços de conversa nos quais nem o entrevistador nem o entrevistado esteve totalmente preso às

perguntas conseguindo, desse modo, projetar com relativa tranquilidade suas ideias. No entanto é necessário frisar que as entrevistas, como qualquer método, apresentam fragilidades para as quais se percebe a necessidade de complementação com observações, como apontada por Minayo (2014). Ademais as observações participantes na Feira não poderiam ser executadas em tempo hábil, optando-se pelo uso de observações simples para facilitar a obtenção de dados posteriormente analisados e interpretados como indica Gil (1999).

O roteiro de entrevistas, contido nos apêndices A e B, buscou de maneira objetiva e simples indagar aos participantes sobre aspectos que compõem a concepção de extensão e relacioná-los com o conceito de trabalho social útil elaborado por Neto (2004, 2012). Nesse sentido, as perguntas versavam sobre a intencionalidade dos entrevistados ao participar do processo, como percebiam a relação existente entre as comunidades e universidade nesse contexto, se percebiam trocas de saberes entre os agrupamentos, quais mudanças ocorreram na vida dos participantes principalmente para os agricultores e as agricultoras e, finalmente, quais as expectativas de futuro para essas relações.

Esses instrumentos de pesquisa somam-se a análise documental que deu início a este trabalho. Nessas pesquisas foram analisados, detalhados e interpretados o relatório final do I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco com o intuito de encontrar indícios da concepção de extensão que permearam o processo de construção da Feira desde o início. Para tanto, detalhou-se onde ocorreu o evento, quais os participantes, como foi organizada a participação dos envolvidos e quais ideias permearam esse momento. A análise do projeto de extensão teve como objetivos os mesmos anteriormente citados somados ao fato do projeto se apresentar como uma fonte de informações importantes sobre a Feira já em funcionamento na UNICAP. Por conseguinte, foram utilizadas fotografias como fontes documentais com a intenção de relacionar as informações escritas com as colhidas nas entrevistas.

Aqui é importante mencionar a percepção que tivemos sobre as técnicas utilizadas nesta pesquisa. Para os fins de analisar qual a concepção de extensão universitária permeou o processo, consideramos que os instrumentos utilizados forneceram as respostas necessárias à nossa investigação. Entretanto, destacamos que para um maior aprofundamento desse evento que nos permitisse compreender as

relações, as práticas cotidianas, o contexto, as faltas ou omissões de maneira mais complexa, se faria necessário a ampliação dos instrumentos para, a título de exemplo, observações participantes ou mesmo entrevistas mais prolongadas, face a face ou por meio de ferramentas tecnológicas. No que se refere à pesquisa documental ela foi necessária, pois trouxe informações detalhadas sobre o processo que conduziu a construção da Feira e do Grupo de Consumo Fruto da Terra que para os participantes apresentou papel importante nesse enredo.

Portanto, terminamos esta descrição da metodologia científica sintetizando que foram utilizadas três técnicas para obtermos informações, quais sejam: a observação simples, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada realizada com oito participantes. Destacamos também que a análise deste trabalho de pesquisa se deteve aos objetivos de compreender a concepção de extensão que perpassou o processo de construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP.

Na sequência, estruturamos a pesquisa em três capítulos organizados da seguinte forma:

**Capítulo I** – Extensão universitária como trabalho social útil. Neste capítulo apresentaremos, a perspectiva teórica de extensão como trabalho social útil segundo Neto (2004, 2012), e as principais dimensões que ela desenvolve.

**Capítulo II** – I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco. Neste capítulo reconstruiremos o ambiente, as instituições, as pessoas e as ideias que mobilizaram o I Fórum, segundo a análise de documentos, tendo como culminância a construção da Feira da Reforma Agrária na UNICAP e o Grupo de Consumo.

**Capítulo III** – Feira da Reforma Agrária e o Grupo de Consumo Fruto da Terra. Neste capítulo vamos demonstrar o ambiente, a estrutura e o funcionamento da Feira. Também perceberemos a concepção dos atores participantes sobre o fazer extensão universitária.

**Considerações Finais** – Apresentamos uma síntese das evidências obtidas por meios das etapas da pesquisa.

# 2. CAPÍTULO I – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO TRABALHO SOCIAL ÚTIL

Este capítulo procura fundamentar o conceito de trabalho social útil tomando como principal referencial teórico os trabalhos de Neto (2004, 2012, 2015) cruzando-os com os trabalhos de Jezine (2004), Souza (n/d) e Levya (2010). Ademais, a proposta do presente trabalho é centrada em uma concepção acadêmica crítica e problematizadora, que visa mapear os caminhos trilhados pela extensão universitária e perceber a relação com saberes populares, analisando as trocas de saberes, tomando como experiência inicial concreta o I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco e seus desdobramentos, dentre os quais, a criação da Feira da Reforma Agrária, situada na UNICAP, e o Grupo de Consumo Fruto da Terra.

#### 2.1. Trabalho Social Útil

Existem diferentes concepções para a prática extensionista exercida pela universidade. Elas podem ser definidas, de maneira simples, como via de mão única, na qual a universidade cede parte dos conhecimentos que produz para a sociedade, ou ainda, como via de mão dupla, caracterizada por levar, mas também receber alguma contrapartida da sociedade em troca. Outra modalidade, denominada de acadêmica por Jezine (2004), relaciona teoria e prática com dialogicidade nas trocas de saberes populares e acadêmicos, propondo contribuir para a autonomia e organização da sociedade.

Esta última concepção de extensão comunica-se com o conceito de trabalho social útil desenvolvido pelo professor José Francisco de Melo Neto. Neto (2004) relaciona a concepção acadêmica como trabalho social útil responsável por integrar a universidade com a sociedade, o que implica considerar que as universidades podem estar se comportando como uma ilha isolada do meio social, passível de perder seu papel interdisciplinar, e por isso a extensão universitária se torna tão importante. Transpondo os muros da universidade e aproximando-se das demandas da sociedade, Neto (2004, p. 30) aponta uma visão de extensão abrangente e popular:

A extensão ainda pode ser vista como tendo a missão de fazer a universidade sair de seus muros. Elabora problemas existentes a partir da discussão da realidade em que está inserindo-se ou vivenciando. Extensão como uma busca não só de explicações teóricas, mas de respostas aquelas necessidades imediatas de setores da sociedade.

Isto é, extensão universitária aliando pesquisa e ensino com finalidade social perpassando pelo entendimento de trabalho social útil. Neto (2015) menciona o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1961, como responsável por propor resoluções que aproximavam a universidade do povo, ou seja, dando uma conotação popular às instituições de ensino superior, a dura realidade social brasileira seria revelada as comunidades, municiando-as para as lutas de reversão dessa realidade desigual e injusta. Essas orientações ancoram-se a uma perspectiva freireana de educação popular, assim como, do entendimento de trabalho social útil.

A Constituição Federal brasileira em 1988 no Art. 207 tratou de formalizar o entendimento da educação superior fundamentado nos princípios do ensino, da pesquisa e da extensão (BRASIL, 2016). Entretanto, sabe-se que na prática a extensão não é valorizada como os outros pilares. Conforme Benzaquen e Rodrigues (2017), a prática extensionista universitária é oposta à sustentada pela citada Constituição Federal (1988). As autoras denunciam a subutilização da extensão em comparação ao ensino e a pesquisa, sendo a primeira pouco visibilizada ou procurada por docentes pesquisadores em função da escassez de recursos financiadores e pela baixa pontuação na carreira acadêmica.

Contudo, a visão de trabalho social com uma utilidade definida sustentada por Neto (2004) relaciona universidade e sociedade compondo uma nova hegemonia por meio de um processo educativo, científico e cultural que pode elevar a extensão ao mesmo patamar que os outros princípios. Pois a extensão pode agregar em si as três categorias que formam a base de sustentação da universidade.

Indo além, a relação estabelecida entre universidade e comunidade deve se dá calcada na criticidade, na busca de explicações da realidade, das quais, ambas procuram respostas em um movimento de produção de conhecimento. Portanto, Neto (2012), ao acrescentar a formação do pensamento crítico como mais um elemento a ser implementado nas atividades de pesquisa dos projetos de extensão, fortalece outra visão

de extensão universitária. Além do mais, a luta de classes se faz presente nessa relação dialógica entre universidade e sociedade.

O conceito de trabalho social útil exposto, enquanto visão de extensão universitária apresenta uma perspectiva transformadora do mundo, apontando contradições e conflitos de classe e, assim, uma proposta contra hegemônica. Levya (2010) defende uma posição favorável entre a universidade e a militância política procurando exibir um alinhamento entre tais agrupamentos. Criticando o papel distante e a-histórico que supostamente o meio acadêmico se situa, a autora pretende construir laços indissociáveis entre o ativismo político dos movimentos sociais e a academia, isto é, a universidade deve contribui para a emancipação dos sujeitos e não para seu enquadramento subordinado a uma lógica social excludente. Por isso, Levya (2010) defende que o conhecimento é parcial e não neutro, deve ser utilizado pelas forças sociais, centrado na aliança entre universidade e ativismo político, com fins na superação das mazelas sociais.

Entretanto, existe uma ideia disseminada, tanto por coordenadores como por comunitários, que a universidade é um ente independente da sociedade cujo único propósito seja fornecer a sociedade os frutos de suas pesquisas e ensino, conforme pesquisa realizada por Neto (2004) no que tange ao Projeto Escola Zé Peão. Para o autor, tal visão está relacionada à dominação cultural da qual a universidade herdou das elites. Neto (2004, p. 38), comenta a respeito desse papel elitista da universidade como:

[...] uma visão na qual a universidade permanece encastelada em seu próprio mundo e forma indivíduos comprometidos, basicamente com a ideologia das elites, ou seja, uma instituição que vem exercendo o papel de treinadora, recicladora de pessoas, em geral das classes dominantes.

Uma extensão universitária, confrontando essa visão elitista, deve desempenhar um papel não alienante ao perceber que todos devem ser proprietários dos produtos desse trabalho social, à medida que todos são produtores dele. Mas também precisa ser uma atividade de extensão livre, para não ser ela própria um trabalho alienado.

A humanização do trabalho, de acordo com Neto (2004, p. 50-51), também se insere nessa perspectiva de extensão universitária não alienante à medida que valoriza os produtores e seus saberes, ao passo que contribui para a humanização das pessoas:

Ver a extensão como um trabalho conduz à sua compreensão provida da dimensão humana, da essência do homem. [...] Como um trabalho, o fazer extensão só pode resgatar o caráter humano do mesmo. É o trabalho como atividade racional humana na produção tanto de bens materiais como de bens espirituais.

Contudo, para ser não alienante e não alienada, a extensão precisa ainda ser promovida dentro de uma realidade concreta. Terá importância conforme estiver explicito uma utilidade produtiva voltada à vida humana. Perceber a extensão pela via do trabalho significa compreender sua dimensão de transformação intencional. Tendo como produto político, mudanças sociais e, como produto acadêmico, o conhecimento.

Santos (n/d) revela certa preocupação com a dicotomia entre o conhecimento universitário e o saber popular e, assim, criando um fosso entre tais saberes. Para o autor, deve ocorrer a passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário, afirmando que, historicamente, a academia e os centros de pesquisa direcionam suas investigações sem levar em consideração as demandas da sociedade, como se os efeitos de tais investigações não produzissem ações nela e, portanto, mitificando a ciência como supostamente neutra. Em se tratando do conhecimento pluriversitário, ainda conforme Santos (n/d), ocorre à valorização do contexto real dos problemas e suas resoluções devem ser partilhadas por universitários e a comunidade, fazendo uso de seus saberes acumulados.

Seguidamente, a dimensão de intencionalidade para Neto (2004) está relacionada diretamente com o ensino e a pesquisa, pois é necessário se fazer o resgate da existência humana e histórica, que possa expor as relações sociais, ou mesmo as relações com a universidade. A intencionalidade na extensão possibilita, ainda, a conquista da cidadania, por sua vez entendida como, crítica, constituída de sujeitos conscientes, transformadores e ativos. Esta extensão tem ainda a perspectiva de trabalho permanente, continuo que não acaba com o fim do projeto de extensão, iniciase com ele.

O entendimento de atividades de extensão com um perfil menos unilateral vem crescendo gradualmente, segundo relata Neto (2012), aos projetos ligados a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contendo dados das décadas de 1980 e 1990, os pesquisadores apontaram uma mudança de perspectiva de projetos de extensão, de

clássica, para de mão dupla ou trabalho social útil. Na década de 1980, 11,33% e 19,75%, respectivamente, defendiam a visão de mão dupla e o trabalho social útil dos projetos de extensão. Porém, já na década de 1990, esses valores aumentaram, respectivamente, para 25,95% e 21,97%.

Na seção seguinte iremos reconstruir o I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco, pois ele aparece como momento inicial que irá fundar as bases das ações desenvolvidas ao longo do processo de construção da Feira e do Grupo de Consumo, destacando os sujeitos participantes dessas construções e na fundação da Feira. Analisamos nessa reconstrução aspectos que podem ser relacionados à concepção de extensão universitária contida nesse processo.

# 3. CAPÍTULO II - I FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Segundo o relatório final o I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco: Tecendo Redes de Ação ocorreu nos dias 3, 4 e 5 de Abril de 2017 nos municípios de Caruaru, Garanhuns e Lagedo, regiões do Agreste pernambucano, constituindo atividades de co-projetação de ações de desenvolvimento local e sustentável. O Fórum deu continuidade às discussões realizadas no "I Seminário Internacional Curupiras Universidades & Territórios: Diversidade de Saberes para Alternativas Sociais" realizado em agosto de 2016<sup>4</sup>.

Com a proposta de ter um formato menos acadêmico que o Seminário e ser voltado para a formação de redes de ação no território, no Fórum foram realizadas, além de palestras, visitas técnicas a Comunidade Quilombola de Castainho em Garanhuns, na Associação de Trabalhadores Rurais de Lajedo e no Assentamento Normandia situado em Caruaru, três laboratórios de co-projetação na Unidade Acadêmica da UFRPE de Garanhuns e na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Campus Agreste-Caruaru. De acordo com o relatório final do I Fórum, os laboratórios se dividiram em três eixos temáticos:

1- Formação de redes de capacitação, assistência técnica e extensão rural [...]; 2- Ações em rede de Desenvolvimento Local: cooperação, comercialização e sustentabilidade [...] 3- Bem-Viver, Equidade e Meio Ambiente: ações integradas em educação, saúde e cultura [...] (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO, 2017, p. 4-5).

Os objetivos principais, ainda conforme o relatório supracitado, dessas atividades eram conhecer o contexto social e de produção local, analisar as demandas existentes e a rede de pessoas atuantes e, por fim, propor um conjunto de ações de médio e longo prazo. Já de início percebe-se na formatação do I Fórum a busca intencional por partir das concepções preexistentes das comunidades e em parceria com

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Para acesso aos anais deste seminário veja o link: <<u>https://www.curupiras.com/</u>>. Último acesso: 15 set. 2019.

estas, procurar compreender suas demandas na busca de soluções coletivas, valorizando o saber dessas comunidades, escutando os agricultores e as agricultoras.

Participaram dessas atividades professores e professoras da UFRPE, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estudantes, agricultores, homens e mulheres das comunidades visitadas, representantes das prefeituras municipais de Águas Belas e Garanhuns, do SEBRAE-PE e SEBRAE-Garanhuns, da Câmara de Comércio Brasil-Itália, da Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Pernambuco, do Instituto Ítalo Latino Americano (IILA), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra-ECOSOL e, por último, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

As conclusões que os participantes chegaram, registradas no relatório, após os primeiros diálogos sobre projetos de desenvolvimento local para o Agreste de Pernambuco evidenciaram três erros (FÓRUM, 2017). O primeiro se refere à concepção de extensão utilizada, extensão clássica, caracterizada pela imposição técnico-científica e sem diálogo com a sabedoria das comunidades locais e, portanto, uma indicação clara da não manutenção dessa visão de extensão. Neto (2004) e Santos (n/d) convergem sobre a importância da valorização da sabedoria das comunidades que, infelizmente, em sua maioria, centralizadas pelo conhecimento científico dominante das academias. De fato, para Neto (2004):

Esta concepção [de trabalho social útil] estaria sendo demarcada por indicadores que mostram certo tipo de trabalho em desenvolvimento entre universidade e sociedade, não como entes separados, mas em relação permanente entre si e que, nem por isso, deixam de se diferenciar (NETO, 2004, p. 34-35).

Ainda neste primeiro erro, segundo estudo apontado por Neto (2012), a concepção unilateral de extensão clássica vem perdendo espaço, nas décadas de 80 e 90, nos projetos universitários e, tomando o I Fórum como exemplo, uma concepção mais horizontal ganhou notoriedade.

O segundo erro apontado se dá pela realização de projetos muito amplos, gerando frustações e endividamento das comunidades rurais e, finalmente, outro equívoco apontando pelos participantes do I Fórum foi à ausência de continuidade da linha de aplicação do projeto adotado, principalmente, em um âmbito dialógico e de

sustentabilidade entre universidade e populações locais. Na imagem, os representantes dão início às atividades.



Figura 1: Mesa de abertura do I Fórum.

O Fórum incluía visitações e laboratórios de co-projetação que tinham por objetivo planejar em conjunto com todos os participantes as ações a serem tomadas posteriormente, que serão tratados com mais detalhes na seção seguinte sendo este último entendido como laboratório para formação de redes de capacitação, assistência técnica e extensão rural voltado para auxiliar na criação de projetos para solucionar alguns problemas observados nas visitas realizadas, utilizando propostas de todos participantes para a melhoria da produção.

### 3.1. Visitas Técnicas e Laboratórios de Co-projetação

A visita técnica a Comunidade Quilombola de Castainho, em Garanhuns, ocorreu no dia 3 de Abril de 2017 com o Grupo Mulheres Guerreiras Quilombolas recepcionando e descrevendo a atuação que exercem na comunidade. Seguidamente, outra visita foi realizada, dessa vez, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Castainho que abordaram alguns empecilhos como a:

[...] dificuldade na regulamentação da terra; ausência de assistência técnica; extensão rural esporádica e descontínua; violência contra a mulher; necessidade de melhorias no sistema educacional; necessidade de melhoria no atendimento à saúde; necessidade de apoio na organização dos grupos de mulheres; necessidade de beneficiamento da fruta (caju e manga); necessidade de apoio no melhoramento do beneficiamento da mandioca (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO, 2017, p. 9).

As necessidades apontadas pela comunidade anterior, mais solidária e problematizada de extensão, segundo Neto (2012, 2015) é parte da dura realidade enfrentada por essas comunidades que inclui até questões de gênero, cuja superação passa também pela formação de um pensamento crítico, entre comunidade e universidade, sobre a realidade objetiva, ou seja, na formação de um cidadão crítico e consciente (NETO, 2004).

Continuando a visita técnica, o líder comunitário destacou a parceria com a universidade, os projetos desenvolvidos ou em andamento, nas áreas de pesquisa e extensão. No decorrer da visita, temas que tratavam da história, das demandas e das potencialidades do território foram discutidos entre os participantes evidenciando a necessidade de estudos para verificar as possibilidades de ações. Atitudes como as evidenciadas anteriormente, como, por exemplo, escutando e conhecendo a história daquela comunidade quilombola como condição prévia para o delineamento de ações coletivas, demonstra outro perfil de extensão (NETO, 2004). Nos registros seguintes, observamos a recepção na Comunidade Quilombola de Castainho e o diálogo com a liderança local.



Figura 2: Visita técnica a comunidade de Castainho.



Figura 3: Visita à casa de farinha em Castainho.

Em 4 de Abril a visita técnica foi ao Sítio Queimadinhas, em Lagedo. A intenção principal nesse momento foi verificar por meio de relatos dos agricultores as demandas destacadas pelos produtores de leite no tocante a:

[...] problemas relacionados à seca; problemas relacionados à assistência técnica; possibilidades de beneficiamento do leite em queijo; possibilidades de formação em cooperação; necessidade de se elaborar um diagnóstico produtivo; inovação sustentável para o combate à seca; grupo de mulheres da região; dificuldades encontradas para a escola do Sítio Queimadinha (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO, 2017, p. 11).

Nessa visita três locais foram conhecidos, uma instalação zootécnica para produção de leite, uma propriedade que trabalha com beneficiamento do queijo coalho e, para finalizar, o Núcleo de Criadores de Vacas Leiteiras, no qual se realizou uma discussão mais geral, cuja metodologia não fora especificada no relatório, mas que abordou questões referentes à:

[...] a) avaliação sobre a associação, as propriedades e a produção leiteira (a propriedade apresentada, possui 20 hectares de terra, um total de 55 bovinos, onde apenas 12 encontram-se em estado produtivo e 43 estão secas, que quer dizer não estão produzindo leite. [...]; b) o problema da seca (sem chuvas o custo da produção aumenta significativamente, seja com a compra de alimentos para os animais, como a própria compra da água para uso animal e da residência); c) o problema da ausência de assistência técnica [...]; d) potencialidades do território [...]; e) necessidade de se verificar os recursos que podem ser utilizados para a produção de queijo (AD DIPER, IPA,

EMBRAPA e Universidades trabalhando em conjunto para a construção de projetos, assistência e legalização da produção de queijo e de um selo de identidade semelhante ao Queijo Canastra de Minas Gerais); f) necessidade de se criar um grupo de mulheres (ações para geração de renda e empoderamento das mulheres); g) necessidade de se encontrar meios para superar o atravessador [...]; e h) reorganização e fortalecimento das festas e representações culturais locais (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO, 2017, p. 12-13).

Essas discussões apresentaram a necessidade de buscar soluções possíveis, por meio de projetos, financiamentos para maquinário e para o problema da água, assim como, para o beneficiamento do queijo de forma coletiva. De fato, pois Neto (2012) coloca teoria e prática a serviço das comunidades, para a produção de resultados para os membros da comunidade e, assim, uma coletividade que atende a necessidades. A **Figura 4** registra o momento desse debate. Entretanto, muito embora existam aspectos da articulação entre teoria e prática na experiência do I Fórum, por exemplo, na dialogicidade demonstrada nas visitações (ver a **Figura 4**), o relatório do I Fórum apresenta uma escassez de dados das discussões, dos debates e do modo como se deu a relação entre a teoria e a prática mencionada acima.



Figura 4: Visita técnica ao Sítio Queimadinhas.

A visita técnica ao Assentamento Normandia em Caruaru ocorreu no dia 5 de Abril. Em uma sala do Centro de Formação Paulo Freire ouviu-se o depoimento da dirigente da agroindústria sobre sua história de vida e sobre a organização da produção no assentamento. Em seguida, conheceu-se uma sala de beneficiamento de bolos organizada pelas mulheres e, por último, conheceu-se uma agroindústria de beneficiamento de olericultura, de embalagem e câmara fria de carnes bovinas, caprinas e ovinas. Contudo, os principais pontos colocados nesse momento trataram sobre:

[...] a) necessidade de trabalhar a comercialização dos produtos beneficiados pela agroindústria [...]; b) necessidade de organizar a produção para operar a agroindústria em sua plena capacidade [...]; c) problemas relativos ao abastecimento de água [...]; d) empoderamento de gênero na produção do assentamento [...]; e) necessidade de se equipar melhor a cozinha industrial do grupo de mulheres [...]; f) necessidade de se terminar o prédio da agroindústria [...]; g) necessidade de se pensar formação em agroecologia adaptada ao semiárido [...]; e h) fortalecimento da saúde do campo [...] (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO, 2017, p. 15).

Essa visita possibilitou observar o desafio que existe para o escoamento da produção, a necessidade de melhorar o aproveitamento da água e de se pensar mecanismos de reutilização, além de buscar esforços para potencializar as ações em saúde do campo, somando parcerias com o curso de medicina da UFPE. Para tal, a intencionalidade, de acordo com Neto (2004, 2012), deve direcionar o ensino e a pesquisa no desejo de mudanças sobre a realidade objetiva. Nos registros seguintes observamos esses momentos no Centro de Formação Paulo Freire e na agroindústria. Logo após, detalhamos as atividades de co-projetação.



Figura 5: Centro de Formação Paulo Freire.



Figura 6: Agroindústria.

As atividades de co-projetação ocorreram no dia 4 de Abril de 2017, no turno da tarde, na unidade acadêmica da UFRPE Garanhuns, envolvendo professores, monitores, comunidades visitadas, técnicos dos órgãos públicos, ONGs e terceiro setor. Distribuídas em três eixos de atuação, as atividades realizadas foram: a) Laboratório de co-projetação para formação de redes de capacitação, assistência técnica e extensão rural; b) Laboratório de co-projetação de ações em rede de Desenvolvimento Local: cooperação, comercialização e sustentabilidade e c) Laboratório de co-projetação de Bem-Viver, Equidade e Meio Ambiente: ações integradas em educação, saúde e cultura. Essas atividades construíram, por meio da cooperação, do diálogo e convergência das ideias, propostas de atuação viáveis e efetivas para as comunidades de Castainho e Lajedo. No dia 5, também no turno vespertino, os laboratórios ocorreram na UFPE Campus Agreste, Caruaru, voltados para a comunidade do Assentamento Normandia.

Dentre várias temáticas pontuadas, destacamos as que apresentam semelhanças entre si. Estas temáticas se referem à necessidade de reformulação da assistência técnica, o que inclui agregar a elas temas relativos à parte gerencial, financeira e de marketing, a formação de agente comunitário ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), revisar os diagnósticos produtivos já realizados na região e a necessidade de se fazer um diagnóstico mais amplo, trabalhando a segurança alimentar e as possibilidades de mudanças no sistema de produção atual para o agroecológico.

Na co-projetação de ações em rede de desenvolvimento local, o enfoque dos participantes, principalmente dos agricultores, foi pensar propostas de melhorias das formas de comercialização e venda dos produtos para garantir sustentabilidade completa dos arranjos produtivos (econômica, ambiental e social) pensando na cooperação e no

associativismo como meio para alcançar este objetivo e, assim, inserida em uma visão de projeto de extensão não alienante (NETO, 2004). As demandas que destacamos como ações foram: novos mercados para os produtores e grupos de mulheres, necessidade de cursos sobre cooperativismo que vise no futuro o desenvolvimento de cooperativas, desenvolver o beneficiamento dos produtos e se apontou o cooperativismo e associativismo como estratégias para comercialização mais organizada e melhor. Definiu-se que para as duas comunidades, a estratégia é a mesma: agregar valor para melhor planejar vendas e entradas de recursos. Ações explícitas buscando a vida humana e não o lucro desmedido na filosofia de mercado, de acordo com Neto (2004).

O laboratório bem-viver, equidade e meio ambiente, cujo processo de definição não consta no relatório do I Fórum analisado, teve como objetivo debater propostas em nível de projetos sobre o conceito prático de bem-viver, pensando outras formas de bem-estar que podem ir além do desenvolvimento econômico, partindo das pessoas presentes e buscar projetos simples e viáveis. Alguns pontos foram levantados, dentre os quais, a relação escola-desenvolvimento local, as relações agentes de saúde-desenvolvimento local, a construção de hortas comunitárias, a educação ambiental, a potencialização de atividades culturais existentes no território e fortalecimento dos grupos de mulheres. Ações também foram pensadas em curto prazo como, a títulos de exemplos, podemos citar cursos de capacitação e profissionalizantes, articulações locais, assessorias e trocas de experiências com outras comunidades mais organizadas.

No laboratório de co-projetação para formação de redes de capacitação, no Assentamento Normandia, fez-se um levantamento das demandas do território e em seguida abordou as possibilidades de rede de curto, médio e longo prazo. Demandas foram colocadas neste laboratório, podendo citar a necessidade de capacitação em cortes de carnes bovinas, caprinas e ovinas, a necessidade de certificação da produção da agroindústria, a integração com redes de produtores de caprino e, por fim, a necessidade de realização de diagnóstico e visitas de cooperação técnica.

Além do mais, definindo como objetivo trabalhar a comercialização e sustentabilidade na produção do Assentamento Normandia, destacou-se ainda a necessidade da cooperação técnica com as comunidades de Castainho e Lagedo. Outras demandas apresentadas, no que tange o laboratório de desenvolvimento local, se referiram ao fortalecimento do grupo de mulheres, a superação dos atravessadores, a visitas a projetos bem sucedidos, a necessidade de ampliar os canais, assim como, a

formação em cooperativismo no local, necessidade de aumentar a produção da agroindústria, necessidade de desenvolver análise de mercado para a entrada em novos mercados, criação de uma rede de comércio justo e um site que se possam comercializar esses produtos diretamente com o consumidor e finalizar a agroindústria.

Ações integradas em educação, saúde e cultura, incluídas na co-projetação bemviver, equidade e meio ambiente, também apresentaram demandas. Dentre elas, a necessidade de fortalecimento das ações de saúde do campo, necessidade de impulsionar as atividades de educação em saúde, educação ambiental, auxílio dos órgãos de assistência técnica em produção de tecnologias sociais em saúde e ampliação do grupo de boleiras. Nas figuras seguintes exibimos os laboratórios de co-projetação em Garanhuns e Caruaru.



Figura 7: Laboratório em Garanhuns.



Figura 8: Laboratório em Caruaru.

Na sequência, trazemos pormenores concernentes ao plano de ações elaborado pelos participantes do I Fórum.

# 3.2. Plano de Ação em Rede do I Fórum de Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco

Após as atividades de visita técnica e os laboratórios de co-projetação, os participantes do fórum apresentaram um amplo plano de ações em rede direcionado para solucionar dificuldades identificadas nas comunidades participantes em curto e longo prazo.

Para a comunidade de Castainho, em Garanhuns, as ações delineadas em curto prazo, define diagnósticos, certificação não oficial, cursos, transição agroecológica, educação ambiental relacionada ao lixo e projeto de extensão. Em longo prazo, o plano define a busca por tecnologias adequadas à realidade da comunidade para o processamento de frutas, busca de financiamento e cursos.

Já a comunidade de Queimadinha, em Lagedo, em curto prazo, definiu ações que busquem produzir diagnósticos, cursos, visitas de cooperação entre as comunidades, pesquisa de mercado para a produção de queijo, assistência técnica e ações para o empoderamento das mulheres. O planejamento em longo prazo detalha tecnologias para

a comunidade, busca de financiamento, certificação e assistência técnica. Além disso, a utilização de tecnologia adequada para o queijo, financiamento, certificação e cursos.

O plano de ação para o território do Assentamento Normandia também apresenta um conjunto de ações em curto e longo prazo que se referem a diagnósticos, cursos, visitas em cooperação, pesquisa de mercado, intercambio de ações entre as mulheres das comunidades, construção de hortas e cursos técnicos. Em longo prazo as ações pensadas tratam de questões semelhantes aos outros territórios, tais como, tecnologias adequadas, busca por financiamento, cursos, selo de inspeção e transição agroecológica. Ademais, na proposta de marco metodológico, são apresentados os objetivos, as metas, as atividades e os resultados esperados com a reunião desses segmentos.

Finalmente, no encerramento, uma carta é assinada por todos os participantes e alguns compromissos são firmados, dentre eles, o planejamento e execução de ações de curto, médio e longo prazo com o intuito de continuar o trabalho realizado no Fórum. Dentre os pontos de convergência das ações planejadas, podemos destacar a construção da Feira do desenvolvimento local do Agreste de Pernambuco em Recife. Por conseguinte, no próximo capítulo, abordaremos a Feira, sua construção, caracterização e a concepção extensionista segundo os sujeitos participantes, bem como, do Grupo de Consumo.

# 4. CAPÍTULO III – FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA E O GRUPO DE CONSUMO FRUTO DA TERRA

Uma das ações em rede planejadas que deu continuidade as atividades do I Fórum foi à construção da Feira do Desenvolvimento Local do Agreste de Pernambuco em Recife, passando a ser conhecida por Feira da Reforma Agrária. Outra ação pode ser relacionada com o projeto de extensão denominado Feira da Reforma Agrária e Grupo de Consumo Fruto da Terra tocado, no geral, por pessoas do curso de Ciências Sociais da UFRPE que procura reunir esforços para o Grupo se firmar como uma atividade permanente entre universidade e comunidades e, portanto, enfrentar erros apontados no I Fórum como, a título de exemplos, a não continuidade dos projetos de desenvolvimento local e a manutenção da concepção extensionista clássica.

Em seguida, apresentamos a Feira tomando como referência documental o projeto de extensão citado anteriormente.

## 4.1. A Construção da Feira e do Grupo de Consumo

A Feira da Reforma Agrária está em funcionamento desde o início do segundo semestre do ano de 2017 no Bloco G da UNICAP. A formação da Feira conta com a parceria do MST, do Instituto Humanitas – UNICAP, da Associação do Núcleo de Criadores de Vacas Leiteiras do Sítio Queimadinha, do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) e da UFRPE. Nesta ação, ao logo de boa parte da formação da Feira o MST forneceu grande parte dos alimentos, participou no planejamento, organização, nas formações e avaliações sobre a Feira e o Grupo; o Instituto Humanitas - UNICAP garantiu o espaço para o funcionamento da Feira; a Associação do Núcleo de Criadores de Vacas Leiteiras do Sítio Queimadinha comercializa até hoje seus produtos; o IPA auxilia nos processos formativos; e a UFRPE, por meio do projeto de extensão, entre outras ações, visa envolver a comunidade acadêmica nessa experiência como forma de fortalecer a agricultura camponesa do Estado de Pernambuco (UFRPE, 2018).

A proposta contida no projeto de extensão acredita que, por meio de novos hábitos alimentares com o consumo de produtos saudáveis e orgânicos, pode-se

produzir uma transformação de consciência do consumidor e consequentemente o fortalecimento da agricultura familiar. A Feira e o Grupo, conforme o formulário do projeto, são experiências concretas de Economia Solidária nas quais, além de autogestionárias, incentivam a participação e colaboração de seus membros não apenas a consumir produtos dos agricultores, mas a conhece-los, a conhecer suas histórias de vida, seus modos de produção.

Neste âmbito, a colaboração dos membros é calcada na dialogicidade já apontada no escopo deste trabalho:

Partindo dos princípios da solidariedade, ajuda mútua, autonomia, autosuficiência e sustentabilidade, assim como nas expressões da igualdade e dos direitos entre homens e mulheres, busca-se pautar as discussões e integrações. Logo, compreende-se que as decisões devem ser construídas na autogestão, ou seja, há a necessidade de que todos se apropriem dos processos e (re)criem estratégias e práticas criativas de construção do conhecimento agroecológico de forma horizontal transparente e coletiva. Um espaço onde todos tenham o mesmo valor e voz nas tomadas de decisões, tornando-se possível assim o espírito de cooperação [...] (UFRPE, 2018, p. 8).

A justificativa do projeto de extensão repousa na construção de alternativas contra hegemônicas ao agronegócio e ao seu modo de produção caracterizado, essencialmente, pela monocultura a serviço das multinacionais e do mercado, fortalecendo a especulação financeira com a geração de commodities que, segundo Souza (2012), acabou produzindo alterações na agricultura convencional como a polarização entre produção vegetal e animal acompanhado da diminuição da mão-de-obra decorrente da mecanização das atividades. Em vista disso, observa-se um acirramento na luta pela terra, onde movimentos sociais organizados defendem sua distribuição acompanhada de outra lógica de produção e consumo, pavimentada no respeito aos saberes das comunidades tradicionais e em respeito ao meio ambiente. Assim, a Feira e o Grupo, enquanto experiências em andamento passam a serem exemplos de contraponto ao modelo dominante do agronegócio, fornecendo opções concretas de produção e consumo.

Ademais, no âmbito da fundamentação teórica do projeto, a participação voluntária perpassa pela formação de uma identidade com o grupo do qual o indivíduo

pretende ser partícipe. Quanto à construção da identidade, esta deve comtemplar aspectos materiais, políticos e éticos, uma vez que, a liberdade de decisão do indivíduo, calcada na Economia Solidária, é uma condição indispensável para o bem-viver das pessoas mesmo buscando resultados imediatos, como os objetivados pela Feira e o Grupo.

Tratando-se de um processo educativo solidário, a Feira e o Grupo também cruzam com a concepção de educação popular, baseada na formação política e ambiental dos agricultores e agricultoras, preocupando-se em sua emancipação enquanto sujeitos políticos cientes que transformações na estrutura social sempre são acompanhadas de organização coletiva no enfrentamento dos privilégios. Concepção essa que dialoga fortemente com a categoria consciência crítica do pensamento de Paulo Freire para educação popular, segundo Neto (2015). Contudo, tal modelo de educação, com fins em resultados mais significativos, passa por mudanças profundas em nosso sistema educacional que, em geral, despreza os projetos político-pedagógicos (PPP) como um momento enriquecedor para a participação democrática da comunidade escolar, das comunidades tradicionais com seus conhecimentos e perspectivas, com movimentos sociais, entre outros, transpondo a ideia de educação para além dos muros da escola.

A Feira e o Grupo repousam nesses pressupostos citados anteriormente quando tal projeto de extensão é guiado não somente pela produção e o consumo responsável, mas também pela subsequente preocupação em construir em comunhão com os produtores e produtoras, respeitando o uso da palavra, da voz ativa, em direção à conscientização crítica tão salientada por Freire, conforme Neto (2015, p. 146-147):

[...] O homem, de posse de sua herança cultural e pela experiência adquirida por meio da linguagem, se torna capaz de criar e recriar seus novos contextos. Pode responder aos desafios que lhe são apresentados, dominando a sua história e recriando a sua cultura, elaborando a sua própria identidade. Mas, a chegada ao mundo e o movimento de se apoderar desse mundo, no sentido da cultura, não será possível por meio de qualquer mecanismo que não pela consciência crítica.

Em vista disso, um projeto de extensão que prioriza, a partir da conscientização crítica, valores como a solidariedade e a ajuda mútua em harmonia com a visão

agroecológica, permitindo aos sujeitos participantes, como dialogicidade, reconstruir sua realidade e sua história, assim como, outro mundo permeado pela relação recíproca e sustentável com a natureza. Tais valores unem-se, com uma proposta de universidade popular proposto por Neto (2012), quando toma as demandas das maiorias populares, denominado por ele como "classes", como componente essencial do ensino e da pesquisa acadêmica, assim contribuindo para o desenvolvimento humano.

O projeto também elenca objetivos, geral e específico, a serem alcançados e sua metodologia de aplicação dentre os quais podemos mencionar o fomento, com a Feira e o Grupo, a produção e a divulgação da Economia Solidária e da agroecologia que desemboca na elaboração de artigos científicos, no engajamento da comunidade acadêmica da UFRPE e em processos formativos de consumidores e produtores. A respeito da metodologia adotada, esta inclui a realização de um diagnóstico sócio, político, econômico e cultural na obtenção de características do território, articulações, atuação política, entre outros, contando também com a participação quinzenal na Feira e no Grupo e visitações ao território na qual ocorre a produção, tudo isso pavimentada em avaliações formativas e continuada, preocupada em uma formação mais crítica e humanizadora do educando.

Dito isto, na próxima seção vamos descrever as características da Feira e do Grupo que inclui, dentre outros aspectos, seu local de funcionamento, o número de barracas e a montagem das cestas.

### 4.2. Caracterização da Feira e do Grupo

Em funcionamento desde o segundo semestre do ano de 2017, no bloco G da UNICAP, a Feira no início não tinha uma periodicidade definida. Logo depois, foi acordado o ciclo de funcionamento quinzenal e estipulado o horário a partir das 08:00 horas da manhã até as 16:00 horas da tarde. A sua estrutura física está organizada em seis barracas padronizadas, postas de frente umas para as outras e, no centro, entre elas, são distribuídos vários paletes sobre os quais são depositadas as grades com alimentos, de modo a não os deixar diretamente no chão como mostra a **Figura 9**.



Figura 9: Feira da Reforma Agrária na UNICAP.

Os produtos comercializados são diversos, dos quais podemos citar: hortaliças, frutas, verduras, derivados do leite, ovos, carnes, além de vários tipos de bolos e doces. Os agricultores e agricultoras que produzem e trabalham na feira, em parceria com o Instituto Humanitas da UNICAP, a Associação do Núcleo de Criadores de Vacas Leiteiras do Sítio Queimadinha (ANCVL), o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) materializaram essa ideia.

O Grupo de Consumo Fruto da Terra, criado em 06 de novembro de 2017, utilizava inicialmente a plataforma digital **cirandas.net/frutodaterra**, na qual os pedidos eram feitos, no entanto, por dificuldades encontradas na sua utilização, outra plataforma foi desenvolvida pelo Laboratório Multidisciplinar de Tecnologias Sociais da UFRPE. Com a plataforma Vô na Feira<sup>5</sup> passou a ser possível gerenciar os pedidos, grupos de consumo, produzir relatórios e realizar compras em eventos. Com os pedidos realizados as cestas eram montadas por voluntárias e entregues aos consumidores. Ainda, nos dias de feira, a compra podia ser feita diretamente com o produtor ou a produtora.

É importante frisar que as produtoras recebiam visitas programadas com o intuito de possibilitar que os consumidores pudessem conhecer o modo de produção dos

\_

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A plataforma pode ser acessada pelo seguinte site: < <a href="http://app.uag.ufrpe.br/vonafeira/login">http://app.uag.ufrpe.br/vonafeira/login</a>>. Último acesso: 20 set. 2019.

alimentos comercializados, garantindo alimentos saudáveis, livre de agrotóxicos ou outros venenos uma vez que, de acordo com Dubeux e Batista (2017), a segurança alimentar é um direito. A **Figura 10** mostra uma dessas visitas.



Figura 10: Visita ao território de produção Normandia.

A organização do grupo era autogestionária e coletiva, com os pedidos cadastrados na plataforma, as voluntárias se responsabilizavam em transferi-los para planilhas que ajudavam na hora da montagem das cestas. A **Figura 11** mostra algumas cestas já montadas e prontas para entrega. Após a montagem das cestas vinha à entrega, que inicialmente era feita através de um voluntário com bicicleta. No entanto, esta via foi eliminada porque um dos objetivos dessa proposta alternativa de consumo responsável era justamente aproximar as produtoras dos consumidores, estreitando os laços, criando pontes e familiaridades, sendo assim, as consumidoras passaram a se responsabilizar em buscar as cestas no local.



Figura 11: Cestas do grupo de consumo.

Por fim, outro ponto a ser levantado, é a atual paralização das atividades do Grupo que se encontrava em expansão gradual quando, a partir de meados de 2018, passou a contar com pedidos feitos por membros da comunidade acadêmica da UFRPE e, assim, ampliando o fortalecimento da agricultura camponesa. O local de retirada dos pedidos da comunidade da UFRPE acontecia, geralmente, no subsolo da ADUFERPE, quinzenalmente nas quartas-feiras, das 11:00 horas da manhã às 13:00 horas da tarde. Os motivos de tal suspensão dos pedidos dos consumidores do Grupo se deram pela dificuldade em articular a participação de seus membros e a consequente sobrecarga de atribuições aos mais assíduos. Contudo, a Feira continua em atividade em encontros quinzenais na UNICAP.

Feita essa breve síntese da Feira e do Grupo, a próxima seção pretende, partindo de entrevistas semiestruturadas, expor as concepções de extensão dos sujeitos participantes e analisar como ela está inserida no momento atual desse processo.

### 4.3. A Concepção de Extensão a partir dos Atores

Ao adotar nesta pesquisa as técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas foi fundamental para construirmos uma visão mais ampla do processo que culminou na Feira da Reforma Agrária na UNICAP. A análise documental apontou que a maneira inicial de organização desse processo se aproxima bastante do que Neto (2004, 2012) defende como extensão universitária. A utilização das entrevistas possibilita perceber essa aproximação na atualidade, pois como diz Neto (2004), a extensão universitária deve ter continuidade. Dito isto, iniciamos o roteiro de perguntas com o intuito de perceber os aspectos que compõem essa concepção de extensão.

O primeiro aspecto analisado se refere à intencionalidade que conduziu os participantes a se engajarem no projeto da Feira da Reforma Agrária, as respostas incluíram a ampliação da bagagem intelectual para além dos muros da universidade, defesa da soberania alimentar por meio de alimentos seguros e a venda direta dos produtos aos consumidores que descartavam a presença de intermediários no processo. Isto é, as motivações dos entrevistados defendiam que a importância dos alimentos seguros e a exclusão de intermediários em harmonia com o conhecimento da totalidade do processo, fornecem indícios que se alinham com uma concepção de extensão calcada

no trabalho social útil. Neto (2004, p. 82) defende uma articulação mais ampla e não fragmentada no processo de produção que converge com a exclusão dos intermediários na venda dos produtos:

A possibilidade de se entender extensão como trabalho social com explícita utilidade opõe-se à visão fragmentada do trabalhador em relação ao processo produtivo, no modo de produção capitalista, determinada pela divisão social do trabalho.

No que tange a relação entre universidade e comunidades, os entrevistados direcionaram suas falas para uma cooperação entre os dois segmentos participantes do processo, uma vez que o conhecimento não é unicamente disponibilizado pela universidade, mas o contributo dos saberes vindo das comunidades é considerado, assim como aproximando o consumidor do produtor, mostrando ao primeiro à cadeia produtiva e sensibilizando-o para a adoção de práticas de consumo responsável.

O diálogo com as comunidades pelos extensionistas deu-se no contato e vivência por meio de reuniões coletivas para tomada de decisões com os produtores e as produtoras na Feira, sobre a melhoria de realização dos pedidos pelos consumidores, além das visitações as comunidades pelos consumidores e dos cursos de capacitação. A superação vertical, de cima para baixo, do conhecimento acadêmico sobre os conhecimentos produzidos pelas comunidades foi o tom apresentado pelos entrevistados, exaltando a importância da parceria entre a disponibilização do espaço para o comércio e a formação continuada dos agricultores, acreditando que a Feira e o Grupo são alternativas que favorecem tais práticas. Em vista disso, percebemos um distanciamento da concepção clássica de extensão, verticalizada e unilateral, com falas que contemplam a ideia de trabalho social útil valorizadora do saber popular.

Nesse contexto, Neto (2004, p. 82-83) descreve trabalho social útil como articulação entre universidade, comunidades e movimentos sociais, sendo válido mesmo não tratando explicitamente o mundo do campo:

Um trabalho social útil não se exerce apenas a partir dos membros da comunidade universitária: docentes, servidores e alunos. Ele tem uma dimensão externa à universidade, que é a participação dos membros da comunidade em seus movimentos sociais, sejam dirigentes sindicais ou mesmo as associações, ou outros ambientes, numa relação *biunívoca* para qual confluem membros da universidade e participantes desses movimentos.

Todos os entrevistados foram enfáticos ao afirmar positivamente a respeito da existência de trocas de saberes entre as comunidades e a universidade mesmo considerando que o projeto, a partir da análise documental, não traçar estratégias claras e definidas neste âmbito (UFRPE, 2018). Segundo um dos entrevistados do grupo de estudantes:

A experiência nesse processo possibilitou trocar conhecimentos com os agricultores a respeito, por exemplo, da produção dos alimentos, da economia que esses alimentos geram, da relação deles com os produtos e com os animais, além disso, pude aprender na prática a importância que tem a reforma agrária na vida das pessoas (ENTREVISTADO).

Outros aprendizados são mencionados entre os consumidores e os produtores, por meio dos diálogos durante as atividades da Feira, nos quais tratavam da troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para formar vínculos e uma maior identidade com a luta pelo campo. O contexto em destaque limitou-se ao convívio e as mediações entre consumidores, agricultores, docentes e estudantes na elaboração das cestas e, tomando os depoimentos das entrevistas, nos cursos e visitações. Contudo, devemos frisar a ausência nas entrevistas de detalhamentos ou mais pormenores concernentes ao contexto que permeou a relação entre os agrupamentos, uma vez que, a as escutas nas entrevistas se concentravam na existência ou não de trocas de saberes entre universidade e comunidades com o intuito de traçar um perfil da prática extensionista adotada.

Além disso, um entrevistado salienta os cursos de capacitação no Assentamento Normandia, vinculado ao MST, que contavam com produtores e consumidores os quais indicam um estreitamento dos laços entre ambos os grupos que permitiam forjar uma afetividade. Em geral, as falas dos entrevistados apontam um alinhamento entre a universidade (professores e alunos) e os produtores relacionados às formas de cultivo e plantio além da preocupação na extinção do uso de agrotóxicos na lavoura.

Tomando o conceito de Neto (2012) para trabalho social útil, percebemos pelas arguições dos entrevistados sinais de um intercâmbio de ideias, anseio por mudanças e práticas mediadas pela afetividade:

É trabalho social, por não ser exercido como uma tarefa individual; é útil, levando em conta que esse trabalho pretende expressar algum interesse e atender a determinadas necessidades humanas... Focaliza a realidade objetiva, de modo que seus resultados retornam aos produtores... Mesmo compreendendo a extensão como um trabalho social útil e com intencionalidade de mudanças, suas metodologias precisam avançar para alcançar a dimensão ética do diálogo e da promoção do outro (alteridade), ampliando as mudanças necessárias às relações entre participantes de projetos e membros da comunidade (NETO, 2012, p. 58-59).

Quanto à concepção de extensão universitária tecida pelos entrevistados do grupo de estudantes, a resposta apresentada não deixou explicitamente sua posição, contudo as características apontadas conduziam para trabalho social ao elencar a solidariedade, o companheirismo, liberdade e autogestão associada aos pedidos dos produtos e as montagens das cestas. A troca de saberes, saberes não científico e socialmente construído pelas comunidades, é enaltecida por um entrevistado em sua interpretação de extensão, mesmo sem esmiuçar sua experiência nessas trocas de saberes, refutando a noção tradicional de extensão e comunicando sua concepção de extensão com a defendida por Neto (2004, 2012) baseada na valorização e respeito do conhecimento das comunidades:

[...] Eu imagino extensão [universitária] como uma experiência, mas [também] como troca [no sentido de] o saber da universidade [estiver] para além dela. Assim como, [existem] outros saberes que não estão na universidade e precisam dialogar. [...] (ENTREVISTADO).

Os entrevistados também enumeraram alguns atributos, em suas interpretações da relacionabilidade entre pesquisadores, agricultores e estudantes, como, a títulos de exemplos, afinidade ideológica entre os participantes, a solidariedade, a cooperação na montagem das barracas e visitações aos agricultores e agricultoras não somente para acompanhar o processo de produção, mas também para atividades festivas, demonstrando novamente o estreitamento de tais vínculos afetivos e a concepção de trabalho social útil. Além disso, podemos perceber a cooperação mútua entre comunidades e meio acadêmico em um depoimento prestado por um entrevistado vinculado ao agrupamento dos produtores e produtoras:

[...] Aqui [na Feira da Reforma Agrária] chega um pessoal procurando saber como funciona o processo de produção de queijo, [ocorrendo] a troca de conhecimentos e sempre tendo algo para contribuir... Tanto a gente leva [nosso conhecimento] da produção, como eles, [universidade], podem trazer algo novo (ENTREVISTADO).

Nessa reciprocidade de conhecimentos entre comunidades e universidade, Neto (2004, p. 83) salienta que:

Extensão, como trabalho social útil com a intencionalidade de conectar o ensino e a pesquisa, passa a ser agora exercida pela universidade e por membros de uma comunidade sobre a realidade objetiva. Um trabalho coparticipado que traz consigo as tensões de seus próprios componentes em ação e da própria realidade objetiva.

Em relação à prática extensionista, na visão dos entrevistados, tal prática contribuiu efetivamente para ampliar a autonomia dos agricultores e agricultoras, assim como dos estudantes. Para corroborar com tal posicionamento, um dos entrevistados menciona o colapso do Grupo de Consumo não implicar no desaparecimento da Feira porque os produtores e produtoras continuaram tocando e garantindo o andamento do projeto que vai contando com novos consumidores interessados. Durante as entrevistas conversamos com uma ex-participante do Grupo que revelou perceber, nas suas frequentes idas a feira, os próprios agricultores montando as cestas para os consumidores. Outro aspecto mencionado se refere ao fortalecimento da articulação entre os produtores que contribui para as tomadas de decisões. Sobre os estudantes colaboradores, um entrevistado afirma ter, a partir da experiência extensionista, conseguido fazer relações mais sólidas entre teoria e prática. Essas características são indicadores significativos da construção de autonomia dos participantes nesse contexto.

Ainda neste âmbito da concepção e prática extensionista, a perspectiva freireana, segundo a narrativa de um entrevistado, também perpassa e orienta as ações e encaminhamentos do projeto da Feira da Reforma Agrária quando os agricultores e agricultoras passam a ter voz ativa e ressonante nos espaços geralmente intelectualizados e com uma clivagem acadêmica. De acordo com Neto (2015), na perspectiva apontada, o diálogo é promotor da consciência crítica dos sujeitos e, portanto, responsável pela passagem do pensar ingênuo para o pensar crítico:

Pelo pensar crítico, resultante da consciência crítica, supera-se aquele pensar ingênuo e nada promotor da ação do homem na natureza, pondo fim a todo tipo de mistificação do conhecimento e das explicações de mundo. Consciência crítica que só constrói, pelo processo da conscientização educativa, relações intersubjetivas, possibilitando a aproximação entre dois ou mais indivíduos. Uma ação educativa que não se tem receio dos riscos do mundo dos outros, porém, incentiva um consenso construtor da ação subjetiva, por meio do *diálogo*. O *diálogo* torna-se a concretização do próprio exercício para a liberdade (NETO, 2015, p. 148-149).

Outro aspecto essencial da concepção de extensão enquanto trabalho social útil enfatiza as transformações que esta prática extensionista pode proporcionar na vida das pessoas e em suas comunidades. Para os agricultores e as agricultoras, às mudanças ocorridas em suas vidas foram enormes desde a realidade do aumento na renda a possibilidade de investir nas suas propriedades como no cuidado com animais. Uma agricultora destaca:

Estou com um projeto de uma queijaria artesanal, antes dessa experiência aqui não tinha nenhuma expectativa disso não, como não dava lucro nosso trabalho, levávamos as coisas na brincadeira. O SEBRAE está bancando nesse projeto 70% dos custos e nós entramos com os outros 30% (ENTREVISTADA).

Além dessa agricultora outros dizem ter conseguido, a partir da Feira, outras coisas que não haviam conquistado antes. Dentre elas, melhorias na qualidade dos produtos. Assim, as comunidades, tomadas como coparticipe nesse projeto e não como depósito dos "sábios universitários", passam a agregar suas convicções políticas, seus saberes e conhecimentos em um exercício de sua consciência crítica norteadora.

Por fim, analisando as respostas dos entrevistados, conseguimos encontrar fortes sinais e indícios de uma concepção de extensão universitária convergente à elaborada por Neto (2012). Características como solidariedade, cooperação, fortalecimento continuado da autonomia dos participantes com cursos e visitações, aumento da perspectiva e experiência política por parte dos entrevistados a partir da vivência com os produtores e consumidores, rejeição a concepção clássica e tradicional de extensão enquanto via de mão única e, principalmente, respeito e valorização do saber das

comunidades participantes nas quais todos e todas são mestres e aprendizes, orientam nossa conclusão da Feira e do Grupo como trabalho social útil (NETO, 2004).

# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente almejamos reconstruir o ambiente de debates e ações que permeava o I Fórum responsável pelo surgimento da Feira. Questões provocativas e desafiadoras cercaram tal evento, mas para este trabalho, o fio condutor foi a total rejeição da concepção clássica de extensão universitária na qual o conhecimento científico é unica e exclusivamente fornecido pela academia e as comunidades, nesse processo alienante e alienador, não passam de meros receptáculos de tais conhecimentos. Ainda nesse processo, segundo Neto (2015), a partir da anulação das contribuições e dos saberes das comunidades nesta prática tradicional e unilateral de extensão, perde-se o caráter popular e, assim, imenentemente político e dialógico do processo.

Reijetando tal concepção e tomando como metodologia qualitativa a análise documental e as entrevistas semiestruturadas dos sujeitos participantes, notamos um conceito de extensão universitária com uma natureza mais aberta a troca de conhecimentos e a valorização da sabedoria popular que as comunidades carregam para o meio acadêmico. No âmbito político, tal concepção de extensão converge, de acordo com nossa avaliação, para a definida por Neto (2004, 2012) como trabalho social útil uma vez que envolvia reciprocidade de saberes, cooperação mútua entre os agrupamentos (docentes orientadores, estudantes colaboradores, agricultores e agricultoras) e autonomia tanto no processo de produção como de venda, portanto, a não fragmentação do processo produtivo.

Contudo, mesmo confirmando a aproximação ou o estreitamento da concepção de extensão preconizada no projeto da Feira da Reforma Agrária como trabalho social útil, sustentada por Neto (2004, 2012), identificamos algumas fissuras e desdobramentos caracterizados ou por um possível desgaste com o projeto ou pelo aparecimento de novas oportunidades.

A começar pelo desvinculamento do Assentamento Normandia da Feira da Reforma Agrária na UNICAP. Essa comunidade não vem mais comercializando seus produtos na UNICAP e, diante de uma oportunidade de se fixar, atualmente estão no Armazém do Campo localizado no Recife. Sem a presença do MST, os produtores e produtoras da Feira se responsabilizam pela condução dessa experiência. Convidaram inclusive uma nova produtora que esta comercializando a cerca de dois meses, ela

oferece grande parte dos produtos que o MST fornecia tais como carnes, frutas e bolos. Por outro lado, os produtores e produtoras afirmam que aprenderam muito com MST e que o diálogo com eles não acabou, sempre que preciso estão em contato.

Concernente ao Grupo de Consumo Fruto da Terra, mesmo com a suspensão provisória das atividades, alguns dos antigos membros ainda marcam presença quinzenalmente na Feira e indicam novos consumidores, mesmo com o deslocamento dos agricultores e agricultoras de Normandia para o Armazém do Campo. Daí pode concluir, mesmo com a ausência da plataforma digital para solicitação dos pedidos na confecção das cestas, que se criou para alguns uma identidade dos consumidores com as produtoras e os produtores.

Outro ponto convidativo para uma reflexão nesta conclusão é a respeito da metodologia aplicada nesta pesquisa. Optamos, nos dois roteiros da entrevista semiestruturada, fazer uso de perguntas abertas e não taxativas, isto é, perguntas que permitiam uma livre comunicação oral do entrevistado e que não forçasse uma condução das respostas para determinada concepção de extensão universitária, quais sejam: via de mão única, via de mão dupla e trabalho social útil.

Considerando novamente as entrevistas da pesquisa, os prognósticos dos entrevistados hegemonicamente apontavam para o fortalecimento da parceria entre universidade e as comunidades, mesmo com o desmembramento do MST para o Armazém do Campo. Os entrevistados de todos os agrupamentos exaltavam a continuidade e o fortalecimento do projeto de extensão que, além de incentivar a autonomia na gestão da Feira por parte dos agricultores e agricultoras, dos cursos de capacitação e das visitações, ouvimos relatos de produtores que estão regularmente matriculados em cursos universitários com fins em expandir seus horizontes, conciliando ações práticas relacionadas ao campo com a fundamentação teórica de cursos como Medicina Veterinária, também, proporcionado a partir da experiência na Feira.

Mesmo com tantos pontos positivos apresentados anteriormente, gostaríamos de chamar a reflexão necessária para mais alguns que precisam de atenção. Alguns agricultores sentem a falta dos antigos colaboradores da Feira como professores, voluntários e estudantes. Tal presença e apoio dos colaboradores na Feira, como já demonstrado neste trabalho, além de extremamente importante, podem continuar gerando mais resultados e frutos para os agricultores e agricultoras.

Outro ponto que nos chamou muita atenção ao longo das entrevistas com os agricultores da Feira foi conhecer o papel mediador e dialógico exercido pelo MST, colaborando decisivamente para a disponibilidade de transporte pela prefeitura de Caruaru algo, por um lado, muito positivo uma vez que diminui significativamente os custos com o transporte. Em contrapartida, nos força a pensar no que fazer previamente na possibilidade de, por algum motivo, a prefeitura interromper esse auxílio. Neste caso, os agricultores teriam condições de manter o transporte? Ou ainda, existiria alguma forma de apoia-los na organização desse aspecto para não serem, quem sabe, pegos de surpresa?

Outro ponto que nos convida a pensar em diferentes aspectos é a respeito dos novos produtores e produtoras na Feira da Reforma Agrária que, aproximadamente a dois meses, comercializam diferentes produtos, dentre eles carnes, frutas, bolos e doces. O convite lhes foi feito pelos agricultores para suprir a ausência dos produtos que eram fornecidos pelos agricultores do MST, e isso é importante tanto para os agricultores como para a própria sobrevivência da Feira. Entretanto, observamos de imediato que os novos membros necessitam de apoio no que se refere a disposição dos seus produtos em comparação ao esmero com que as boleiras de Normandia vinham a cada dia aprendendo a produzir e apresentar os seus produtos.

Outra condição que nos inquietou, ainda sobre os novos produtores, foi saber sobre a origem dos produtos, como eles são produzidos, conhece-los melhor, como bem se referiu uma entrevistada ao falar sobre o processo de transição agroecológica. Ademais, uma condição fundamental para a confiabilidade nas feiras agroecológicas é ter a certeza de como são produzidos todos os alimentos comercializados nela.

Para finalizar acrescentamos dois outros pontos. O primeiro ponto trata da gestão dos recursos que os agricultores estão fazendo com o que veem arrecadando na Feira. Será que estão investindo na propriedade, na melhoria das condições de trabalho, na qualidade dos produtos e em capacitações? Estes são sem dúvida alguns aspectos importantes para serem acompanhados de perto pela universidade. O segundo ponto entra em destaque quando, durante as entrevistas, conhecemos a filha de um dos produtores que no momento o substituía na Feira. Não seria importante pensar nessa juventude que em algum momento poderia estar dando continuidade a essa experiência? Acreditamos que sim.

É bem verdade que a vida acadêmica é uma loucura como disse uma das entrevistadas e que demandas atropelam outras o tempo todo. Mas segundo a fala de uma entrevistada do grupo de docentes coordenadores, há esperanças de reorganizar processos formativos e retomar o contato com os produtores e as produtoras e de alguma forma, a extensão universitária pode continuar contribuindo nesse processo.

Diante do exposto, queríamos ressaltar que este trabalho encontra-se longe de esgotar as potencialidades ou os mananciais relacionados à extensão universitária e a natureza de suas concepções. Perguntas associadas ao desenrolar das parcerias entre comunidades e a iniciativa privada, os posicionamentos políticos e ideológicos conflitantes entre trabalho social útil com os encaminhamentos atuais do governo e claramente favorável ao agronegócio de Bolsonaro/Mourão/Guedes, os impactos dos projetos de extensão dessa estatura com os sucessivos cortes orçamentários na educação superior, dentre outras inquietações, são possíveis objetos de estudos futuros de uma dissertação ou tese de doutoramento envolvendo o aprofundamento da temática abordada neste trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n<sup>os</sup> 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n<sup>os</sup> 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016, p. 123.

BENZAQUEN, J. F.; RODRIGUES, L. A. O contexto da prática extensionista a partir das epistemologias do sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CURUPIRAS, 1., 2016, Garanhuns, Recife. Anais [...] Recife: EDUFRPE, v. 2, 2017, p. 44-65.

DUBEUX, A.; BATISTA, M. P. Agroecologia e economia solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Redes:** Revista do Desenvolvimento Regional, v. 22, n. 2, 2017.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO: TECENDO REDES DE AÇÃO, 1., 2017, Caruaru, Garanhuns e Lagedo. **Relatório** [...] Garanhuns: UFRPE, 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1999, p. 65-66, p. 111-112.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

JEZINE, E. As práticas curriculares e a extensão universitária. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte, 2004. Disponível em: < <a href="https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf">https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf</a>>. Último acesso: 05 set. 2019.

LEVYA, X. ¿Academia versus Activismo? Repensarnos desde y para la práctica-teórico política. In: Leyva, X. et al (Org.). **Conocimientos y prácticas políticas:** reflexiones desde nuestras prácticas de conocimiento situado. Chiapas, México D.F., Lima y Ciudad de Guatemala, CIESAS, PDTG-USM, UNICACH, pp. s/n, 2010. Disponível em:

http://www.encuentroredtoschiapas.jkopkutik.org/BIBLIOGRAFIA/PRACTICASDEIN VESTIGACION/Academia versus.pdf>. Último acesso: 20 set. 2019.

MARINHO, A. V.; BURGOS, F. R. N. F et al. **Manual de extensão**. Recife: EDUFRPE, 2018, 28p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014, p. 262-267.

NETO, J. F. M. **Extensão universitária é trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

\_\_\_\_\_\_. **Universidade popular:** texto para debate. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Educação popular:** enunciados teóricos, volume 3. João Pessoa: Editora do CCTA, UFPB, 2015.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. S.D. Disponível em: <

<u>https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf</u>>. Último acesso: 10 set. 2019.

SOUZA, C. M. **Para além dos mecanismos de preço:** a construção social dos mercados. 2012. 159 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Projeto de extensão:** Feira da reforma agrária e grupo de consumo fruto da terra. Recife: UFRPE, 2018.

# APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com agricultores e agricultoras

Obs: Explicar motivo da pesquisa. Explicitar o sigilo dos dados e solicitar permissão para gravar a entrevista.

Entrevista nº:	Local e data:
Nome:	
Idade:	Gênero:

### Entrevista Semiestruturada

- 1) Por que você resolveu participar do projeto da Feira da Reforma Agrária na UNICAP?
- 2) Como é vista por você a parceria entre a comunidade da UFRPE e a Feira?
- 3) Algo mudou na sua vida após a participação na Feira da Reforma Agrária da UNICAP?
- 4) Como é a sua participação na Feira? Como vocês se organizam e tomam decisões?
- 5) Na sua opinião existem trocas de conhecimentos entre as comunidades e a universidade? Se sim, quais?
- 6) O que você espera que aconteça entre a parceria das comunidades com a universidade no futuro?

### APÊNDICE B: Roteiro de entrevistas com docentes e discentes voluntários

Obs: Explicar motivo da pesquisa. Explicitar o sigilo dos dados e solicitar permissão para gravar a entrevista.

Entrevista nº:	Local e data:
Nome:	
Idade:	Gênero:

### Entrevista Semiestruturada

- 1) Por que você resolveu participar do projeto da Feira da Reforma Agrária na UNICAP?
- 2) Como é vista por você à parceria entre a comunidade da UFRPE a Feira e o Grupo de consumo?
- 3) Existem trocas de saberes entre as comunidades e a universidade? Se sim, quais?
- 4) Qual concepção de extensão universitária você acredita que está presente no processo que deu origem ao projeto da Feira e o Grupo?
- 5) Como você define as relações entre pesquisadores, agricultores e estudantes nesse processo de construção da Feira?
- 6) O que você espera que aconteça entre a parceria das comunidades com a universidade no futuro?
- 7) O que você espera que aconteça entre a parceria das comunidades com a universidade no futuro?